

Sumário

Abreviaturas e Símbolos.....	XIII
Prefácio	1
Introdução	9
Capítulo I – Jurisdição Constitucional e o Direito à Informação.....	13
1 Jurisdição constitucional e crise na democracia representativa	14
2 A renovação dogmática do direito à informação e as cortes constitucionais.....	20
2.1 Natureza jurídica dúplice do direito informacional.....	23
2.2 Direito à informação e Estado Democrático de Direito	26
2.2.1 Percurso histórico do direito à informação na ordem internacional	28
2.2.2 Restrições comuns ao direito à informação.....	34
Capítulo II – Os Deveres de Publicidade e de Transparência na Jurisdição Constitucional	37
1 Nascimento político pós-revoluções modernas	40
2 Deveres constitucionais de caráter organizatório para os poderes constituídos.....	45
3 Relevância na atuação jurisdicional das cortes constitucionais.....	47
3.1 Na jurisdição constitucional em sentido lato	49
3.2 No controle de constitucionalidade de atos normativos	51
3.3 A crítica à transparência generalizada.....	53
Capítulo III – Os Modelos de Publicidade e de Transparência nas Sessões de Julgamento das Cortes Constitucionais	59
1 Grau baixo e grau médio de abertura publicística.....	60
1.1 Argumentos desfavoráveis no Direito Comparado	61

1.2 Argumentos favoráveis no Direito Comparado.....	64
2 Grau alto de abertura publicística	67
2.1 Argumentos desfavoráveis no Direito Comparado.....	68
2.2 Argumentos favoráveis no Direito Comparado	69
3 Grau otimizado de abertura publicística	69
3.1 Abertura para transmissão pelos meios de comunicação oficial	71
3.2 Abertura para transmissão pelos meios de comunicação privados.....	72
Capítulo IV – As Transmissões ao Vivo e Integrais das Sessões de Julgamento do Supremo Tribunal Federal e a TV Justiça	73
1 A inovação brasileira.....	73
1.1 História	74
1.2 A função da TV Justiça	77
1.3 Normas sobre a transmissão das sessões de julgamento do Supremo Tribunal Federal	80
2 Do incipiente debate sobre a prática de abertura das sessões de julgamento do Supremo Tribunal Federal para transmissões midiáticas.....	83
2.1 Posicionamentos a favor	84
2.2 Posicionamentos contra	87
3 Avaliação da prática a partir da espécie de competência jurisdicional exercida pelo Tribunal	90
3.1 Competências penais	92
3.2 Competências variadas.....	93
3.3 Competências em fiscalização constitucional.....	95
Capítulo V – A Natureza Comunicativa das Cortes Constitucionais e as Suas Interações com a Opinião Pública.....	97
1 A dimensão comunicativa das cortes constitucionais.....	97
1.1 As cortes constitucionais como órgãos jurisdicionais de argumentação	100

1.2 A natureza exclusória da linguagem jurídica e a necessidade de sua democratização	103
2 Opinião pública e cortes constitucionais	106
2.1 A influência da opinião pública sobre as cortes constitucionais	108
2.2 A abertura midiática e a suposição de prejudicialidade à imparcialidade, serenidade e neutralidade dos juízes.....	113
Capítulo VI – Relevância do Modelo de Publicidade Otimizada para a Teoria da Justiça Constitucional	121
1 Controle de constitucionalidade das normas e as cortes constitucionais	122
1.1 O juízo de constitucionalidade e a natureza das normas constitucionais.....	124
1.2 A escolha de métodos interpretativos como questão de técnica e de poder.....	127
1.3 Impactos das decisões jurisdicionais em fiscalização de constitucionalidade.....	129
2 Os diferentes benefícios do modelo de publicidade otimizada para as atividades de fiscalização de constitucionalidade de atos normativos	134
2.1 Estruturais.....	137
2.2 Comunicativos.....	139
2.3 Hermenêuticos	142
2.4 Juspolíticos	145
2.5 Empíricos	152
3 A preponderância do interesse público por transparência na jurisdição constitucional em fiscalização constitucional de atos normativos	155
Conclusão	161
I. Conclusão geral	161
II. Conclusões específicas	162

Referências Bibliográficas	167
Doutrina.....	167
Casos de jurisprudência.....	189
Instrumentos normativos.....	190
Sítios da internet e reportagens.....	192